## ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICÂmara Municipal de OTJ nº 152/2019 Bento Gonçalves

RECEBIDO EM:

25 111 12013 AS 14:18 Horas

**Projeto de Lei nº 119/2019** Processo nº 154/2019

AUTOR:

PREFEITO MUNICIPAL

O presente Projeto de Lei, visa autorizar o Município de Bento Gonçalves a desafetar e a permutar área de terra com a empresa BELLA VISTA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.

Justifica o Executivo Municipal, que trata-se de proposição de permuta de uma área de terra de 3.168,4607m2, constante na Matrícula nº 27.443, fl. 01, do Livro 2-RG, pertencente ao Município de Bento Gonçalves, com uma área de terra de 4.758,87m2, constante na matrícula nº 87.629, fl. 01/01-v/02, do Livro 2-RG, pertencente a empresa Bella Vista Incorporações de Imóveis Ltda.

Ainda, a referida permuta destina-se ao prolongamento e infraestrutura na Rua Arlindo A. Menegotto, conforme projeto básico apresentado pelo IPURB, o qual ficará às expensas da empresa Bella Vista Incorporações de Imóveis Ltda, no montante de R\$ 696.781,23 (seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos).

Ademais, existe uma diferença de valor entre as avaliações do imóveis, porém não será pago nenhuma diferença de valor referente as avaliações dos imóveis, ora permutados, uma vez que a empresa Bella Vista Incorporações de Imóveis Ltda, irá arcar com os custos para a execução do prolongamento da Rua Arlindo A. Menegotto.

Também, a Lei Orgânica do Município, por sua vez, também dispõe, em seu art. 31, inciso VI, que compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, "votar leis que disponham sobre alienação e aquisição de bens imóveis".

**Outrossim**, a presente Proposição ora encaminhada, atende a técnica legislativa e está em conformidade com o art. 108, §1º, inciso III, e art. 109, inciso I, ambos da Resolução nº 225, de 02 de outubro de 2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Bento Gonçalves), bem como, atende também, ao disposto no Art. 6º, Inciso III,

da Resolução  $n^{\underline{o}}$  03, de 03 de abril de 1990 (Lei Orgânica Municipal), podendo, portanto, tramitar e ser apreciada pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Desta feita, considerando os aspectos expendidos, a Orientação Técnico-Jurídica desta Assessoria é **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Adv Dr. Jaime Zandonai - OAB/RS 38.659 Procurador Jurídico

Adv. Dr. Matheus Barbosa - OAB/RS 96.890 Coordenador do Departamento Jurídico